

Indenização reduzida se há; mais de um registro na Serasa

A existência de outros registros em cadastro de inadimplentes de quem alega dano moral por inclusão indevida do nome não afasta o dever de indenizar, mas deve refletir sobre o valor pago. A ressalva   da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que reduziu indenização de quase R\$ 10 mil para R\$ 5 mil a ser paga para José Monteiro, de São Paulo, por inclusão indevida de seu nome na Serasa.

O correntista entrou na Justiça contra o Bank Boston, Banco Múltiplo S/A e Bank Boston Administradora de Cartões S/C, com pedido de indenização por danos morais, em razão da permanência de seu nome no cadastro de inadimplentes. De acordo com os autos, ele possuía débito no cartão de crédito no valor de R\$ 973, vencida em janeiro de 1997. Segundo o STJ, a d vida foi quitada em maio, mas no mês anterior já; tinha o nome incluído nos registros da Serasa.

“O fato de estar inadimplente   época da inscri o não justifica o descumprimento pelos r os do disposto no art. 43,   2 , do Código de Defesa do Consumidor, nem a manuten o da anota o após o pagamento do débito”, afirmou a defesa das institui es financeiras.

Em primeira instância, a a o foi julgada procedente. O banco e administradora foram condenados a pagar indenização de dez vezes o valor da d vida, corrigida desde 30 de maio de 1997. O juiz e as duas institui es apelaram, mas a sentença foi mantida pela Quinta Câmara do Primeiro Tribunal de Alçada Civil de São Paulo.

Para o TAC-SP, a manuten o do devedor no cadastro de inadimplentes da Serasa, mesmo após o pagamento da d vida, gera indenização. “A existência de outro registro feito por outra institui o financeira não legitima a conduta lesiva da administradora do cartão de crédito”, asseverou.

O banco e a administradora recorreram ao STJ. Alegaram que a decisão do TAC-SP não examinou as questões acerca da existência de outras pendências anotadas por outros credores na Serasa. Porém, a defesa dos argumentou que o dever de ressarcir   decorrente da comprova o do dano efetivo, o que não teria ocorrido no caso. “A existência de outros registros negativos deve, ao menos, refletir no montante indenizatório”, acentuou.

“A manuten o do nome do autor no cadastro do Serasa, a despeito de quitada a d vida cinco meses antes, constitui por si só motivo para ter-se como configurados os danos morais na espécie dos autos”, considerou o ministro Barros Monteiro, relator do processo no STJ. “A responsabilidade dos ora recorrentes, consoante assinalou o decisum combatido, decorreu do seu descontrole administrativo e, outrossim, da ausência de imprescindível orienta o escoreita dirigida ao cliente”, acrescentou.

O relator ressaltou, no entanto, que a impontualidade do consumidor pode refletir na fixa o do valor a ser indenizado. “Considerando este aspecto e, conseqüentemente, a reduzida repercussão da lesão, sem olvidar a situa o pessoal do ofendido (magistrado) e o porte econ mico do ofensor, tem-se que o montante adequado para a espécie dos autos (...)   a fixa o dos danos morais na



quantia que corresponda a aproximadamente vinte salários mínimos”, afirmou. “Da a definição no caso do montante de R\$ 5 mil”, concluiu Barros Monteiro.

Resp 664.936

Autores: Redação Conjur